

2 DESENVOLVIMENTO: CONCEPÇÕES TRADICIONAIS E MODERNAS

2.1 CONCEPÇÕES “CLÁSSICAS”

A necessidade de elevação do bem-estar das populações relaciona-se com eixos distintos e complementares que foram – durante os longos anos da história econômica e social do Ocidente – tratados por crescimento e desenvolvimento. Esses termos tornaram-se genéricos para designar melhoria nas condições gerais das nações e das pessoas.

As primeiras doutrinas econômicas, principalmente o Mercantilismo e a Fisiocracia, apresentavam uma idéia de crescimento econômico que se efetivaria através do acúmulo de metais preciosos e de atividades agrícolas, respectivamente.

Para a Escola Clássica, o crescimento da riqueza é sempre constante e se efetiva pela expansão dos mercados. A distribuição dessa riqueza acumulada se daria naturalmente, no longo prazo, sendo partilhada pelos agentes envolvidos no processo produtivo: capitalistas, trabalhadores e arrendatários.

Adam Smith, em sua obra *A Riqueza das Nações*, de 1776, investigou o processo pelo qual os países formam a sua riqueza e concebeu o crescimento econômico de acordo com a quantidade de trabalho produtivo empregado na produção. Para ele,

Não foi por ouro ou por prata, mas pelo trabalho que foi originalmente comprada toda a riqueza do mundo; e o valor dessa riqueza, para aqueles que a possuem, e desejam trocá-la por novos produtos, é exatamente igual à quantidade de trabalho que essa riqueza lhes dá condições de comprar ou vender (SMITH, 1988, p. 36).

Na visão de Smith, o homem e a sociedade são ricos ou pobres na medida em que conseguem desfrutar de bens e serviços que atendam tanto às suas necessidades básicas quanto aos seus prazeres. O trabalho seria o veículo de aquisição dessa capacidade, e ainda o gerador de um excedente de valor que, acumulado, formaria a riqueza.

A Escola Neoclássica trata do desenvolvimento como um afastamento do ponto de equilíbrio, quando ocorre um crescimento gradual e harmônico, onde todos os grupos envolvidos seriam beneficiados. Baseada em pressupostos de concorrência perfeita, justa remuneração dos fatores de produção e inexistência de crises econômicas, essa teoria se construiu sob uma abordagem microeconômica, com forte rigor matemático, em que a utilidade dos bens teria importância na determinação do equilíbrio entre a produção e o consumo. Para os neoclássicos, os desajustes dos sistemas econômicos são desequilíbrios temporários e ajustáveis no curto prazo.

Durante o período da Grande Depressão, de 1929 a 1933, verificou-se que a “mão invisível” não conseguia acomodar os interesses individuais com os coletivos, como estabelecera Smith. Os pressupostos da Escola Clássica se mostraram ineficientes para ajustar as condições do mercado, como se acreditou nos quase dois séculos anteriores. A regulamentação natural e harmoniosa do mercado, revestida e defendida pela Escola Neoclássica, também se revelou pouco realista para responder aos problemas que se estenderam dos Estados Unidos ao restante dos países. A instabilidade econômica, que nega a possibilidade de desenvolvimento, tornou imprescindível a intervenção estatal através de políticas anticíclicas para restabelecer a economia, que alcançara um dos seus piores momentos.

A teoria keynesiana, por sua abordagem macroeconômica, potencializou a consolidação do sistema de contas nacionais permitindo que se iniciasse a comparação e classificação dos países de acordo com sua produção. O Produto Interno Bruto (PIB) configurou-se como a medida padrão do desenvolvimento das nações e a renda média manteve-se como a unidade demonstrativa de quão **ricas** ou **pobres** elas seriam.

Uma primeira distinção entre crescimento e desenvolvimento foi tratada por Schumpeter, no ano de 1911, quando publicou sua *Teoria do desenvolvimento econômico*. Segundo esse autor, no crescimento, a economia opera em um fluxo circular de equilíbrio variável apenas em função de acréscimo demográfico.

Não será designado aqui como um processo de desenvolvimento o mero crescimento da economia, demonstrado pelo crescimento da população e da riqueza. Pois isso não suscita nenhum fenômeno qualitativamente novo, mas apenas processos de adaptação da mesma espécie que as mudanças nos dados naturais. [...] O desenvolvimento, no sentido em que o tomamos, é um

fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente. [...] [Tais mudanças] aparecem na esfera da vida industrial e comercial, não na esfera das necessidades dos consumidores de produtos finais (SCHUMPETER, 1985, p. 47-48).

O desenvolvimento configura-se, para Schumpeter (1985), numa mudança conjuntural gerada por novas combinações dos fatores de produção, pelas inovações tecnológicas e pelo empresário empreendedor que, através de crédito bancário, adota essas transformações e alcança maiores lucros. Permanece, na visão schumperiana, a inclinação teórica para a perspectiva da oferta.

Na visão de Furtado (2000), os processos elencados por Schumpeter não caracterizam um desenvolvimento por si próprios. As inovações, antes de serem rupturas realizadas pelo “espírito de empresa”, são uma necessidade da aplicação dos recursos obtidos, e, numa análise mais profunda do desenvolvimento, da própria acumulação de capital e não podem ser consideradas fora do contexto da evolução capitalista.

Para analisar o crescimento e desenvolvimento dos países latino-americanos, no ano de 1948 foi criada a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão regional das Nações Unidas, que faz uma distinção entre esses dois processos. Tal abordagem, denominada Estruturalista, analisa o subdesenvolvimento dos países latino-americanos como um problema derivado de sua composição econômica arcaica, com forte dependência econômica, tecnológica e financeira em relação aos países desenvolvidos, importadores de matérias-primas e exportadores de produtos industrializados.

Furtado (1992) afirma que nesses países ocorreu uma elevação da produtividade em alguns setores, principalmente naqueles voltados ao mercado externo, sem que se verificasse uma homogeneização social capaz de distribuir esses ganhos de forma mais justa. Deriva daí o aprofundamento da concentração de renda e a composição híbrida – arcaica e moderna – do sistema produtivo dessas nações. Destaca, ainda, a assimilação desse progresso técnico mais no estilo de vida, através do consumo, do que no sistema produtivo propriamente dito, ao que chamou de **modernização**, que acentuaria as condições de reprodução do subdesenvolvimento.

A evolução do pensamento econômico fez com que o termo **desenvolvimento** se tornasse mais presente nos discursos políticos e acadêmicos, expressando um ideário de transformações estruturais para superar as fragilidades históricas das nações não desenvolvidas, a partir do aproveitamento de suas peculiaridades geográficas e culturais.

A abordagem denominada “clássica” incorpora todas essas correntes econômicas tradicionais que não inserem nos seus arcabouços teóricos a discussão sobre o meio ambiente. O ideal do progresso econômico suplantava qualquer outra preocupação que não fosse a de criar condições favoráveis ao crescimento da renda, independente da sua apropriação ou do meio natural donde derivavam sua matéria-prima e depositavam-se os seus resíduos.

2.2 DESENVOLVIMENTO, MEIO AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

Sob o enfoque estritamente econômico, o desenvolvimento significaria, dentre outros elementos, crescimento acompanhado pela melhoria das condições de vida das populações e mudanças na estrutura econômica com aumento da atividade industrial em face da agrícola, que exigiria um fluxo migratório do campo para as cidades e uma redução de importação de produtos industrializados, tornando as nações menos dependentes das economias externas (SANDRONI, 2002).

É possível verificar que, de acordo com essa concepção de desenvolvimento, as mudanças não priorizam a preocupação com a apropriação dos resultados desse processo, ou seja, a distribuição da renda é tratada de forma genérica. Tem-se, portanto, que aquilo que se convencionou chamar de desenvolvimento não é senão o crescimento econômico, demonstrado a partir do aumento da capacidade produtiva e diretamente refletido no PIB, que não contempla a percepção de desigualdades.

O crescimento econômico é importante na medida em que as populações crescem numericamente e as atividades produtivas têm que ser expandidas para absorver esse contingente de pessoal. No entanto, o crescimento econômico não pode por si só representar

desenvolvimento, uma vez que não consegue ser eficaz para sanar problemas de ordem distributiva, de disparidades intra e inter-regionais e de inserção de atividades tradicionais no mercado, por exemplo. Ao contrário, pode acentuar os desequilíbrios e provocar a degradação do meio ambiente pela utilização excessiva de recursos naturais renováveis ou não renováveis. Daí a necessidade de haver uma abordagem multidimensional que contemple outros aspectos de relevância social.

Um outro aspecto de relevância social é o espaço natural. Na visão econômica tradicional, o espaço natural onde as atividades produtivas se desenvolvem é desconsiderado. A natureza é tida como uma fonte inesgotável de matérias-primas e depósito de resíduos da produção, sem que seja devidamente contabilizada nas contas patrimoniais dos países. A questão ambiental, emerge, no universo acadêmico-científico, em alguns momentos da primeira metade do século XX, intensificando-se a partir da década de 1960. Essa nova abordagem exige que se abandone os pressupostos do crescimento ilimitado, tão caros às correntes de economistas mais conservadores. Assim, o homem e a natureza foram ganhando espaço nas discussões sobre desenvolvimento, dominadas pelo viés da produção.

A publicação do livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, no ano de 1962, chamou a atenção da opinião pública internacional para a temática da perda de qualidade de vida em decorrência do crescimento indiscriminado. Esse documento, que se tornaria um clássico da literatura e da história ambientalistas, teve um impacto imediato na crítica da comunidade científica ao modelo de desenvolvimento decorrente da Revolução Industrial que elevou a produção de bens e, conseqüentemente, a utilização de recursos naturais, permitindo que se intensificasse o debate sobre a ética do crescimento. Desde então, passou-se a considerar outras dimensões na concepção de desenvolvimento, entre as quais as capacidades de suporte e recomposição do planeta.

Em 1968, um grupo de trinta especialistas em diversas áreas (economistas, industriais, pedagogos, humanistas, dentre outros) passou a se reunir com o intuito de discutir as crises atual e futura da humanidade, fundando o Clube de Roma. No ano de 1972 publicaram o relatório *Os limites do crescimento*, o qual “denuncia a busca incessante do crescimento da sociedade a qualquer custo e a meta de se tornar cada vez maior, mais rica e poderosa, sem levar em conta o custo final desse crescimento.” (DIAS, 2000, p. 35).

Era consenso para o Clube de Roma que, para se alcançar a estabilidade econômica e ecológica, ter-se-ia que congelar o crescimento da população global e do capital industrial, bem como chamar as populações do mundo a empenhar-se nesta causa (BRÜSEKE, 2003, p. 30). Num primeiro momento, esse manifesto foi tido como alarmista e pouco crédito lhe foi dado, tanto pela comunidade acadêmica conservadora quanto pelos governos.

Diante da repercussão internacional provocada pelo relatório do Clube de Roma, a temática ambiental foi incorporada definitivamente nos debates que se seguiram. No ano de 1972, realizou-se a Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano (*Conferência de Estocolmo*), considerada um marco histórico e político nas discussões sobre o meio ambiente, pois chamara a atenção do mundo para o problema do modelo de crescimento **insustentável**. Essa polêmica conferência acusou a omissão dos governos dos países em desenvolvimento na defesa do seu patrimônio natural, uma vez que seus programas de industrialização não faziam restrições a processos produtivos ou a tecnologias. Já os intelectuais e os representantes destes países denunciaram a imposição dos países desenvolvidos de limitar tais programas com justificativas ecologistas mas, de fato, objetivando inibir sua capacidade competitiva (BRÜSEKE, 2003, p. 30).

Inspirado pelas proposições do Clube de Roma, Furtado (1974) procede a uma primeira abordagem sobre o impacto do desenvolvimento “predatório” na economia, no ambiente físico e na cultura dos países periféricos. Considera o desenvolvimento, nos padrões configurados desde a Revolução Industrial, como um mito “irrealizável”. Um processo que conduziria ao esgotamento do próprio sistema:

[...] que acontecerá se o desenvolvimento econômico, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chega efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegam efetivamente a universalizar-se? A resposta a essa pergunta é clara, sem ambigüidades: se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou, alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso (FURTADO, 1974, p. 19).

Furtado (1974) mostra-se como um precursor da economia ecológica, que analisa os eventos econômicos sob a ótica da natureza, em uma época em que tal discussão era parca e pouco significativa para o núcleo do pensamento tradicional na economia.

A questão ambiental viria a se consolidar no contexto econômico, político e social a partir da adoção dos princípios da termodinâmica¹ na compreensão desses fenômenos. Desta forma, a economia não poderia estar dissociada do meio ambiente, pois, tal qual o ecossistema, as atividades econômicas regulam-se pelos mesmos princípios, necessitando deste para obter vários serviços ecológicos essenciais, fornecidos pela Natureza. Para Cavalcanti (1997, p. 63),

[...] o crescimento pressupõe aumento físico, alargamento das dimensões da economia, enquanto desenvolvimento, no seu sentido mais rigoroso [...], não quer necessariamente significar crescimento. Pode ser uma transformação estrutural da economia, uma realização do potencial de atendimento das necessidades básicas, uma mudança qualitativa (para melhor, presumivelmente).

Para que se alcance um desenvolvimento durável seria necessária a sujeição da economia aos condicionamentos ecológicos, respeitando sua capacidade de suporte, e, ainda, buscando a equidade que o tornasse socialmente justo. Essas idéias configuram-se a força motriz de parte da intensa mobilização internacional na construção de uma nova forma de conceber a totalidade dos fenômenos – sociais, econômicos e ambientais – com todos os seus elementos constitutivos, ou, simplesmente, uma nova racionalidade.

Brüseke (2003) afirma que outras temáticas correlatas vão se agregando a esse debate, ganhando espaço na agenda internacional: as idéias de crescimento populacional explosivo, nível de consumo elevado e abuso de poder das nações desenvolvidas foram objeto de dois outros encontros posteriores, que resultaram na *Declaração de Cocoyok* (1974) e no *Relatório Dag-Hammar skjöld* (1975). Os dois documentos propõem aos países periféricos a adoção de um modelo de desenvolvimento a partir de suas próprias forças, o *self-reliance*, já embutido na abordagem ecodesenvolvimentista de 1973.

O **ecodesenvolvimento** consistia em uma concepção de desenvolvimento, apresentada pelo então diretor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Maurice Strong. Suas premissas básicas foram formuladas por Ignacy Sachs, e

¹ Cavalcanti (1997) afirma que a economia tradicional crê comportar-se como um sistema fechado, que não troca matéria e/ou energia com o ecossistema. Esse equívoco faz com que se aumente a entropia, ou grau de desordem do sistema, pois o modelo produtivo retira a matéria-prima, devolvendo dejetos a serem reabsorvidos pelo meio ambiente. Segundo ele, o sistema econômico pode ser visto através das leis da termodinâmica que têm os seguintes pressupostos: a) a energia e matéria, que existem em certo nível, podendo ser transformadas, não podem ser criadas; b) a energia tende a diminuir; c) o ambiente é auto-sustentável se não for severamente perturbado.

embasariam, nos anos 80, o paradigma do desenvolvimento sustentável. Os eixos desse modelo seriam: a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social promotor de emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e f) programas de educação (BRÜSEKE, 2003, p. 31).

Essa teoria foi relevante na crítica à sociedade industrial e à imposição do modelo da modernização industrial como via de desenvolvimento a países subdesenvolvidos. Seus adeptos defendiam tratamento diferenciado aos países periféricos que lhes garantisse a melhoria de suas condições gerais.

No início da década de 1980, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou um organismo independente para

[...] reexaminar os principais problemas do ambiente e do desenvolvimento, em âmbito planetário, de formular propostas realistas para solucioná-los e de assegurar que o progresso humano seja sustentável através do desenvolvimento, sem comprometer os recursos ambientais para as futuras gerações (DIAS, 2000, p. 44).

Era a *Comissão Brundtland*, presidida pela primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que publicou, em 1987, o relatório *Nosso futuro comum*, que serviria de preparação à Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, como ficou conhecida. Esse relatório demonstra “a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política e chama também atenção para uma nova postura ética, caracterizada pela responsabilidade tanto entre as gerações quanto entre os membros contemporâneos da sociedade atual.” (BRÜSEKE, 2003, p. 33).

A Rio-92 realizou-se com a participação de 170 países e 106 chefes de Estado. Nesse encontro, cresceu a percepção sobre os perigos da insustentabilidade do modelo de desenvolvimento então vigente e apregooou-se a adoção do **desenvolvimento sustentável**. Adotou-se uma agenda de responsabilidades, a **Agenda 21**², como um plano de ação para governos e sociedade civil, que participa de forma marcante através de organizações não-

² No Brasil, esse plano de ação foi debatido no decorrer da década de 1990, sendo regulamentado em 1997.

governamentais, lutando por políticas voltadas à conservação dos recursos naturais e à justiça social³.

Desta forma, o modelo de desenvolvimento sustentável é incorporado ao discurso oficial das nações, revestindo-se nos preceitos do ecodesenvolvimento, concepção alternativa baseada na tríade do desenvolvimento socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente prudente.

Essa mudança na forma de tratar o desenvolvimento deve-se à percepção dos desajustes que o modelo desenvolvimentista tradicional causou e à percepção da equivocada inesgotabilidade da Natureza. Daí a tentativa de conciliar o crescimento econômico, a utilização racional dos recursos naturais e a justiça social. Segundo Negret (1994, p. 143),

O Desenvolvimento Sustentável constitui uma visão crítica dos modelos tradicionais de desenvolvimento ante a necessidade de garantir a continuidade da vida na Terra, em termos gerais, e a qualidade de vida, em particular, para a comunidade humana, ante a ausência de justiça social e a capacidade do planeta de continuar sendo usado e abusado como se tratasse de uma fonte infinita de recursos.

As críticas feitas a esse modelo de desenvolvimento são, basicamente, de implementação e de construto. O conceito de desenvolvimento sustentável seria uma forma de ecologizar a economia, eliminando a contradição entre crescimento econômico e preservação da natureza. Na visão de Leff (2001, p. 24),

A retórica do desenvolvimento sustentável converteu o sentido crítico do conceito de ambiente numa proclamação de políticas neoliberais que nos levariam aos objetivos do equilíbrio ecológico e da justiça social por uma via mais eficaz: o crescimento econômico orientado para o mercado. Este discurso promete alcançar seu propósito sem uma fundamentação sobre a capacidade do mercado de dar o justo valor à natureza e à cultura; de internalizar as externalidades ambientais e dissolver as desigualdades sociais; de reverter as leis da entropia e atualizar as preferências das futuras gerações. [...] O desenvolvimento sustentável converteu-se num *trompe*

³ Ainda na década de 90, vários eventos temáticos continuaram a realizar-se em todo o mundo, dentre eles: a Conferência sobre população e desenvolvimento (Egito, 1994); Primeira conferência das partes para a convenção sobre mudanças climáticas (Berlim, 1995), que fracassou na tentativa de tornar voluntária a adesão dos países, e subsidiou mais tarde o Protocolo de Kyoto; II Conferência das Nações Unidas sobre os assentamentos humanos - Habitat II (Turquia, 1996); III Conferência das partes para a convenção sobre mudanças climáticas (Japão, 1997), onde o Protocolo de Kyoto preconizou a redução da emissão de gases tóxicos na atmosfera – 38 nações assinam o acordo, inclusive os Estados Unidos que se recusaram a ratificá-lo em 2001. Seguiram-se encontros sobre questões de gênero, condições climáticas, desertificação e seca.

d'oeil que distorce a percepção das coisas, burla a razão crítica e lança à deriva nossa atuação no mundo.

Nos últimos anos, o próprio conceito de desenvolvimento sustentável tem sido rediscutido, uma vez que – erroneamente – verifica-se uma identificação deste com as idéias afins, mas distintas, de sustentabilidade e sustentabilidade ecológica. Assim, muitas vezes o que se considera desenvolvimento sustentável não é, senão, apenas um dos múltiplos aspectos que se enquadram nesse novo modelo. Ocorre interpretá-lo apenas como um padrão de transformações econômicas, uma atitude conservacionista, uma busca de justiça social, uma preocupação com gerações futuras. Tudo isso é desenvolvimento sustentável, mas de forma agregada.

Muitas das premissas estabelecidas ao longo dos diversos encontros, conferências e seminários ainda comportam intervenções que lhes assegure aplicabilidade. Em termos práticos, a adoção desse paradigma ainda encontra resistências no meio acadêmico e, principalmente, no âmbito político, uma vez que é nessa esfera onde a maioria das proposições esbarra, contribuindo para a manutenção de um modelo que no longo prazo pode comprometer sobremaneira as condições de vida saudável e equitativa das pessoas.

De acordo com Jara (2002, p. 1), no ano 2000, um grupo de pesquisadores de organismos internacionais e de Organizações Não Governamentais (ONGs) reuniu-se para analisar os impactos das políticas de desenvolvimento e combate à pobreza. Dessa avaliação concluiu-se que:

a) o argumento de que o problema do desenvolvimento não é de natureza econômica, nem tecnológica, mas essencialmente cultural, institucional e espiritual; b) há progressos extraordinários, em todos os ramos da ciência, que se disponibilizados podem elevar o bem-estar de todos os povos, considerando as gerações futuras; c) prepondera a racionalidade do paradigma racionalista – produtivista e consumista – mesmo com as freqüentes mudanças nas políticas e estratégias de desenvolvimento. [...] Resulta que a sociedade brasileira vem se reestruturando e ganhando maior complexidade, ainda não assimilada, no escalão, político-institucional, superior. [...] Essa metamorfose ocorre em experiências de desenvolvimento humano e sustentável, norteadas pelo caminho político-institucional e não pelo econômico, mesmo que a redefinição institucional, não se faça ainda acompanhar, por uma efetiva concepção sustentável do desenvolvimento.

Segundo esse autor, existem recursos disponíveis para superar os problemas do modelo desenvolvimentista vigente, porém, os recursos estão concentrados e não chegam a

todos os programas que efetivamente poderiam atender às demandas sociais. Propõe, então, uma “reinvenção do governo”, ou seja, uma mudança nos relacionamentos políticos como forma de incluir a maioria da população, associada a uma postura menos tecnocrata e mais humana aos gestores públicos, em que se amplie a consciência democrática.

A mudança cultural seria a alternativa para a superação do impasse desenvolvimentista atual, partindo para uma atuação mais compassiva, harmonizada com a Natureza. É uma abordagem que destaca a realização do potencial humano, respeitando suas peculiaridades culturais e imbuída de valores intangíveis, como o compromisso, a solidariedade, a vontade, a esperança, a alegria e o amor.

O reconhecimento de que o objetivo maior do desenvolvimento é a criação de um ambiente que permita a expansão das oportunidades para as pessoas constituiu-se no cerne da mudança de paradigma que se processa na atualidade, com a intensa atuação da ONU que, através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), defende o ideário do **desenvolvimento humano sustentável**, em que se deve permitir a todos os indivíduos desenvolver ao máximo as suas capacidades e fazer delas o melhor uso em todos os campos: econômico, social, cultural e político. Portanto, o desenvolvimento humano inspira a valorização da vida humana na sua plenitude, independente da sua condição de nascimento, do seu país de origem, da sua posição social, ou de qualquer outro atributo que se possa considerar, uma vez que as pessoas teriam direito a desfrutar de uma vida longa com igualdade de oportunidades para exercitar o seu potencial.

Esse conceito de desenvolvimento humano é operacionalizado pela melhoria do nível de bem-estar das pessoas e pelo processo de alargamento de suas escolhas individuais, que não são nem finitas nem estáticas, mas que podem ser representadas por três dimensões:

[...] independentemente do nível de renda, as três escolhas essenciais se resumem à capacidade para ter uma vida longa e saudável, adquirir conhecimentos e ter acesso aos recursos necessários a um padrão de vida adequado. O desenvolvimento humano, contudo, não acaba aí. As pessoas também dão grande valor à liberdade política, econômica e social, à oportunidade de ser criativo e produtivo, ao respeito próprio e aos direitos humanos garantidos. A renda é um meio, tendo como fim o desenvolvimento humano. (PNUD, 2001).

Com um alcance global, o paradigma do desenvolvimento humano sustentável vem sendo aprofundado anualmente, desde 1990, quando se lançou o primeiro *Relatório de Desenvolvimento Humano* (RDH). A cada ano, desde então, outros assuntos convergentes são apresentados como tema para o RDH, enriquecendo e aprofundando o debate a partir de outras perspectivas de desenvolvimento⁴.

Percebida a impossibilidade de computar o nível de vida através de uma dimensão única, as alternativas para verificar o bem-estar das sociedades foram sendo ampliadas, adotando perspectivas variadas que, para muitos, não são factíveis. Mas, como dizer que uma sociedade é avançada sem considerar princípios de justiça, de equidade, de liberdade?

Sen (2000) trata do desenvolvimento através da expansão das liberdades pessoais. Esse conceito se efetiva pela eliminação dos entraves ao pleno exercício das liberdades individuais, como a pobreza, a tirania, a falta de assistência estatal, dentre outros, e pela disposição de instrumentos que dinamizem as capacidades humanas. Desta forma, a melhoria da qualidade de vida das pessoas depende diretamente do grau de liberdade que elas podem usufruir. As liberdades, no entanto, podem ser vistas sob diversas perspectivas, assim como sua ausência (impossibilidade de sobrevivência, indisponibilidade de educação e serviços de saúde, pertencer a grupos discriminados, diferenças de gênero, incapacidade de exercer ações políticas).

Para esse autor, as liberdades individuais seriam, então, a base do desenvolvimento e vice-versa, podendo ser classificadas em substantivas e instrumentais. As liberdades substantivas referem-se ao enriquecimento da vida humana em todas as suas acepções para desenvolver e realizar o potencial humano de cada um. Incluiriam-se nessa categoria as condições e expansão da capacidade de evitar privações (como a fome, a morbidez evitável e a morte prematura), de saber ler, escrever e fazer cálculos aritméticos, além de ter participação política e liberdade de expressão. Já as liberdades instrumentais

⁴ Desde o início da década de 1990, o RDH apresentou os seguintes temas: *Conceito e mensuração do desenvolvimento humano* (1990); *Financiando o desenvolvimento humano* (1991); *Dimensões globais do desenvolvimento humano* (1992); *Participação popular* (1993); *Segurança humana* (1994); *Gênero e desenvolvimento humano* (1995); *Crescimento econômico e desenvolvimento humano* (1996); *Desenvolvimento humano para erradicar a pobreza* (1997); *Padrões de consumo para o desenvolvimento humano* (1998); *Globalização com uma face humana* (1999); *Direitos humanos e desenvolvimento humano* (2000); *Fazendo as novas tecnologias trabalhar pelo desenvolvimento humano* (2001); *Aprofundar a democracia num mundo fragmentado* (2002). (PNUD, 2003).

referem-se aos meios de se alcançar o desenvolvimento através do exercício dos direitos, oportunidades e “intitamentos”. As liberdades instrumentais podem ser identificadas a partir de:

- a) **Liberdades políticas** – incluem, entre outros, os direitos civis, participação política, liberdade de expressão.
- b) **Facilidades econômicas** – as oportunidades que os indivíduos teriam para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca;
- c) **Oportunidades sociais** – são os benefícios (educação, saúde) que influenciam as capacidades em todos os aspectos;
- d) **Garantias de transparência** – suposição de clareza, verdade e confiança entre os indivíduos, sinceridade entre os agentes sociais;
- e) **Segurança protetora** – garantia de que todos os indivíduos não sucumbam a grandes privações; o que proporcionaria uma rede de segurança social com ações fixas ou temporárias.

Essas categorias possuem um caráter de complementaridade, que as reforça, e sua amplitude supera a esfera governamental, devendo ser partilhada por outras instituições públicas e privadas, cooperativas, organizações não-governamentais, que devem ser estruturadas para incorporar essas iniciativas.

Para Leff (2001), já é possível verificar alguma mobilização amparada nessa nova forma de perceber o mundo, em que a Natureza e as identidades individuais e coletivas alcançam uma nova significação, traduzida por uma renovação dos valores do humanismo. Essa mudança na sociedade fez emergir o conceito complexo de qualidade de vida, que, por ser multidimensional, supera noções isoladas de condições de existência ou estilos de vida, generalizados para a sociedade como um todo. A qualidade de vida se torna uma noção individual, vista sob uma esfera maior que a soma da satisfação de necessidades básicas e aspirações culturais.

O conceito de qualidade de vida coloca a ênfase nos aspectos qualitativos das condições de existência, além de seu valor econômico, da normalização das necessidades básicas e de sua satisfação através de programas de

benefício social. A reivindicação por uma melhor qualidade de vida expressa a percepção da degradação do bem-estar causado pela crescente produção de mercadorias e homogeneização dos padrões de consumo, da deterioração dos bens naturais comuns e da falta de acesso aos serviços públicos básicos. Isto aponta para uma reavaliação do sentido da vida, da qualidade do consumo e da qualidade do trabalho produtivo, além da oferta de empregos, do salário real dos trabalhadores, da distribuição da riqueza e do acesso aos bens produzidos pela empresa ou pelo Estado benfeitor para satisfazer as necessidades normalizadas e generalizadas pelo mercado (LEFF, 2001, p. 321).

A qualidade de vida e o bem-estar são noções que refletem diretamente a busca de condições de vida mais dignas, com a superação de fragilidade e limitações ao exercício das capacidades humanas. Nesse contexto, adotou-se os dois conceitos como sinônimos e representativos da nova abordagem de desenvolvimento humano sustentável que se busca alcançar.

A evolução no modo de pensar o desenvolvimento das sociedades é intensa. É possível perceber que o avanço alcançado foi realizado aos poucos, mas de maneira profunda, constituindo-se, assim como a ciência de um modo geral, em um espaço de ruptura, de superação. As teorias de desenvolvimento respondem a questões de acumulação material em um dado momento histórico, a transformações conjuntural e estrutural em outros, e à superação de todo um modelo civilizatório, como se apregoa mais recentemente. Não se pode considerar o desenvolvimento como um processo limitado e, portanto, seu entendimento deve abarcar esse dinamismo, mostrando-se aberto a novas concepções que, como visto, acabam por acontecer.

Foram numerosos os movimentos que se intercalaram no decurso da construção do paradigma da sustentabilidade e que contribuíram de forma efetiva para a compreensão alternativa do desenvolvimento, esta fundamentada em relações econômicas, sociais, políticas e ambientais mais amplas. Pode-se, portanto, supor que as concepções fincadas no respeito ao Homem e à Natureza terão importância crescente na adoção de políticas, ocupando espaços institucionais, e, ainda, na construção de uma nova forma de realizar em uma sociedade que se deseja incluyente e ética. Pensar e agir de maneira abrangente, evitando interpretações parciais e reducionistas, é o que se coloca como desafio em contraposição às observações empíricas das distorções do sistema capitalista, que tendem a ser desconsideradas ou tratadas como eventos de menor relevância, diante do *ganho social* que tal modo de produção presumivelmente promove.